

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010114-10.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Espécies de Contratos**
 Requerente: **Maria Aparecida Gonçalves Mergulhão**
 Requerido: **José Guilherme Patracão e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****PODER JUDICIÁRIO****São Paulo****1ª Vara Cível de São Carlos****Processo nº 1010114-10.2015****VISTOS**

MARIA APARECIDA GONÇALVES MERGULHÃO ajuizou **AÇÃO de REVOGAÇÃO DE DOAÇÃO** em face de **JOSÉ GUILHERME PATRACÃO, CRISTIANE DANIELE PATRACÃO e LEONARDO PATRACÃO**, todos devidamente qualificados.

Em 22/10/2009 a autora doou aos requeridos o imóvel (apartamento) situado nesta cidade de São Carlos/SP matriculado sob o nº 63.622 no CRI local, com reserva de usufruto vitalício para si. Devido a seu precário estado de saúde e situação financeira entendeu necessária a revogação da doação, sendo que os requeridos já afirmaram não se opor. Requereu a procedência da ação. A inicial veio instruída por documentos às fls. 09/47.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

À fls. 55 José Guilherme foi citado por hora certa e não apresentou defesa. O curador a ele nomeado contestou por negativa geral.

A fls. 57/59 Leonardo e Cristiane, menores, foram citados na pessoa da representante legal Maria Aparecida de Oliveira Patracão e não apresentaram defesa.

À fls. 85/88 segue o parecer do MP alegando que nos autos não estão configuradas as hipóteses de invalidação e/ou revogação da doação, requerendo a improcedência da ação.

É o relatório.

Decido no estado por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabeleceu a controvérsia.

A **doação pode ser desfeita** através de **revogação** e desde que configuradas a ingratidão do donatário ou inexecução do encargo (CC, art. 555). A redação que era prevista no artigo 1181 do CC/16 (desfazimento pelos "modos comuns") não foi reproduzida pelo Legislador.

No caso, estamos diante de um ato perfeito acabado, a autora é capaz e os donatários se encontravam devidamente representados na celebração do instrumento. O objeto é lícito, possível e determinado, bem como foi obedecida a forma prescrita em lei (escritura pública, conforme artigo 108 do Código Civil).

A autora não possui herdeiros necessários e, dessa forma, podia dispor livremente sobre seus bens. Não se aplica, portanto, o disposto no



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

artigo 549 do Código Civil.

Isso tudo veio bem consignado no parecer do Ministério Público.

Como acentuava CAIO MÁRIO, “*caráter fundamental da doação é a **irrevogabilidade**. Sem dúvida sua propinquidade ontológica ao testamento é notória. Mas se por outros pontos não se diversificassem, a irrevogabilidade como consequência imediata da sua natureza contratual os extremaria sensivelmente. No direito francês este aspecto é hoje traduzido na velha parêmia *donner et retenir ne vaut pas*, que outros sistemas tomam de empréstimo para significá-lo. A lei, admite, em caráter excepcional, que o doador revogue a doação, mas por obra da Justiça, e não por ato unilateral de vontade*” (“Instituições de Direito Civil”, 7ª Ed., vol. III, Forense, 1984, pg. 177). E adiante: “*E não é possível (ao doador) fazê-lo ex propria auctoritate, senão pela via judicial*” (pag. 181)

“*A formalidade do contrato deriva da intenção manifestada pelos legisladores, em várias épocas, em dificultar ou **inibir a utilização indevida do instituto**. Essa formalidade contribuiria para dissuasão dos impulsos e temeridades. Independentemente das razões históricas, a formalidade contratual, seja por escritura pública, seja por instrumento particular, resulta na prática em **permitir maior reflexão a quem deseja doar**, em virtude do tempo que demanda para sua lavratura, impedindo que a doação possa dar-se em momento instantâneo. Esse tempo, por menor que seja, permitiria o arrefecimento do entusiasmo (*cooling off period*), prevalecendo a razão em detrimento da emoção, tornando mais consciente o ânimo de doar*”. (Paulo Luiz Netto Lobo. Comentários ao Código Civil. Parte Especial. Das várias espécies de contratos. Da Compra e Venda. Da Troca ou Permuta; Do contrato Estimatório; Da Doação (arts. 481 a 564). Antonio Junqueira de Azevedo (coord.) São Paulo; Saraiva,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

2003, v. 6, p. 299).

É certo ainda que o artigo 548 do Código Civil considera nula a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda suficiente para a subsistência do doador.

Ocorre que agindo como agiu, a autora de certo modo reservou renda para assegurar a sua sobrevivência, já que pode obter numerário com a locação do bem (reservou para si o usufruto vitalício).

Nessa linha de pensamento e agregando o que mais foi consignado na fala da Promotoria só nos resta **JULGAR IMPROCEDENTE O RECLAMO**.

Ante a sucumbência, fica a autora condenada ao pagamento das custas e honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 880,00. No entanto, deverá ser observado o disposto no artigo 98 do NCPC.

P. R. I.

São Carlos, 06 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**